



ESTADO DO TOCANTINS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**



**Vereador Folha**

**PROJETO DE LEI Nº 127, DE 4 DE AGOSTO DE 2023.**

**Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR) e dá providências correlatas.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS decreta:**

**Art. 1º** Ficam criadas, na estrutura da Polícia Civil, da Secretaria da Segurança Pública, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR).

**Art. 2º** As Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR) serão instaladas no âmbito de todas as Delegacias Seccionais de Polícia de Palmas, de todas as Delegacias Regionais de Polícia do Interior e em outros locais de acordo com indicadores de vulnerabilidade social.

**Art. 3º** Para fins de aplicação desta Lei, considera-se como vítima de abuso em contexto religioso qualquer indivíduo que tenha sofrido abuso físico ou moral sob influência indevida de pessoa ou grupos que a coloquem na condição de sujeição.

**Art. 4º** Para fins de aplicação desta Lei, considera-se como contexto afim ao religioso qualquer grupo ou atuação profissional que tenha por finalidade promover o aprimoramento, o autoconhecimento ou a evolução moral e/ou espiritual da vítima, ou se apresente com denominação semelhante a religiosa e que esteja em condição de influência incontestável sobre a vítima.

**Art. 5º** As Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR) também atenderão às vítimas de influência indevida praticada por profissionais de saúde mental que estejam em condição de influência incontestável sobre a vítima.

**Art. 6º** O atendimento nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Vítima de Abusos em Contexto Religioso e Afins (DEVAR) deverão ser realizados por pessoas capacitadas a compreender e tratar dessa especificidade de situação da vítima, assegurando-lhe assistência emocional, psicológica e jurídica.



ESTADO DO TOCANTINS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**



### **Vereador Folha**

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará a organização, a estrutura, as atribuições e as competência das Delegacias Especializadas criadas por esta Lei em até 90 (noventa) dias a contar de sua aprovação.

**Art. 8º** As despesas com a execução desta Lei correrão a conta das previsões orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Folha**

Vereador de Palmas



## **Vereador Folha**

### **JUSTIFICATIVA**

Milhares de brasileiros são vítimas de abusos (violências físicas, psicológicas, morais e etc.) pelas mãos de suas lideranças religiosas ou profissionais a quem confiam a sua saúde mental.

Recorrentemente estes casos ficam fora do alcance da Lei. As vítimas são reticentes quanto à denúncia com medo de retaliações ou por não acreditarem na justiça. Além disso, temem as revitimizações, fruto de um sistema despreparado para lidar com a complexidade do caso.

Casos como os de João Teixeira de Freitas, o João de Deus; Ikky Medeiros; Jair Tércio Cunha Costa; e Arautos do Evangelho demonstram que, ao sentir segurança para denunciar, a vítima busca a justiça.

É fato amplamente veiculado pela mídia a recorrência dos abusos perpetrados por supostas lideranças religiosas contra seus seguidores. Infelizmente, os desdobramentos destes casos são pouco repercutidos pela mídia, em grande parte devido à falta de resolução destes no sistema judicial brasileiro. Além disso, muitos dos casos encontram entraves no próprio processo jurídico devido a uma falta de informação técnica dos agentes e magistrados envolvidos, este sério problema – que se reconhece como sendo uma nova violência contra as vítimas de influência indevida – seria facilmente contornado caso fosse solicitada uma análise técnica sobre o caso para os representantes da Lei em suas tratativas.

Contudo, não há no Brasil a prática de incluir nos peritos no tema para depor em julgamento, entretanto, é de suma relevância destacar que essa possibilidade está prevista na Lei, tendo que ser solicitada pelo responsável pela investigação e deferida pelo juiz a que se refere o caso. Este pode nomear um perito ou assistente técnico. Assim, este Projeto de Lei justifica-se pela necessidade de criar um espaço seguro para denúncias, devidamente capacitado quanto aos procedimentos, desdobramentos e interpretações deste tipo de crime.

A conduta motivada pelo aspecto religioso é diferente da religiosidade em si; isso significa que a liberdade religiosa é inquestionável, não se coloca em dúvida a





### **Vereador Folha**

veracidade da crença, contudo, as ações motivadas por uma crença ou líder religioso precisam responder à legalidade.

A proteção exarcebada a um indivíduo ou grupo que pratica a influência indevida com uma retórica religiosa pode, a princípio, corresponder ao campo da liberdade religiosa. Entretanto, conforme indica a literatura especializada, esta é uma manobra desenvolvida por abusadores para justificar seus crimes e perpetrar ilusões, manipulações, explorações e crimes sem suspeitas ou investigações. Deste modo, é preciso garantir que as leis que garantem a liberdade religiosa e a liberdade de expressão não contemplem a proteção a grupos que usam de influência indevida para diminuir a autonomia psíquico-emocional de seus membros.

Em tribunais ao redor do mundo, assim como no Brasil, advogados de defesa apelam para a narrativa de que há na denúncia um crime de intolerância religiosa. Porém, estudos da Universidade de Alberta/Canadá, assim como a MIVILUDES - *Mission interministérielle de vigilance et de lutte contre les dérives sectaires* -, entre outros órgãos oficiais internacionais, apontam que um modo de enfrentar este argumento falacioso é se apoiar em testemunhos técnicos para fundamentar que as práticas criminosas denunciadas não são centrais para o sistema de crenças do grupo em questão. A fim de facilitar este enfrentamento, diversos países pelo mundo passaram a adotar uma legislação específica sobre a influência indevida, tendo resultado na diminuição dos casos nos territórios protegidos pela lei. Os países com os sistemas jurídicos mais severos contra os charlatões religiosos são: Estados Unidos, Canadá, Austrália e França.

Os indivíduos que procuram levar à justiça os abusadores em meios religiosos inevitavelmente enfrentam uma batalha contra preconceituosos que defendem que qualquer ação ocorrida com sujeitos maiores de 18 anos em um ambiente religioso é legítima e consentida (vide casos Janderson Fernandes, Jair Tércio e Ikky Medeiros), por óbvio, este discurso não considera aspectos básicos da influência indevida que acarretam a diminuição da capacidade crítica e de consentimento, conforme já discutido neste projeto.



### **Vereador Folha**

Quando a sociedade identifica charlatões, criminosos que se utilizam da chancela da fé para cometer violências diversas, então os líderes religiosos sérios não mais serão confundidos com estes e a população tem a tranquilidade de que está segura para exercer sua fé, seja ela qual for.

A razão pela qual o indivíduo se submete a tais violações não pode ser desconsiderada numa investigação e consequente decisão criminal. Crianças criadas em cultos abusivos podem não conhecer outra forma de vida e, por esta razão aceitam sem questionamento o que o mundo externo considera como um comportamento bizarro. A isto, Rick Alan Ross (2014) intitula “Síndrome DDD”, uma sigla que, em seu original da língua inglesa, representa debilidade, dependência e terror, apontando que quem primeiro discutiu a síndrome foi a Associação Americana de Sociologia, sendo seguida pela *International Cultic Studies Association* (ICSA), na qual um novo “d” foi incluído por Michael Langone para abarcar a manipulação, que é um aspecto imprescindível para o sucesso da influência indevida.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

**Folha**  
Vereador de Palmas